

Classe média lidera perda de renda no Brasil durante a pandemia

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Estudo da FGV Social aponta que a desigualdade no país aumentou mais do que o esperado pelo desempenho do grupo médio em relação aos mais ricos. Auxílio Emergencial permitiu a manutenção dos rendimentos entre os mais pobres. O Nexo é um jornal independente sem publicidade financiado por assinaturas. A maior parte dos nossos conteúdos são exclusivos para assinantes. Aproveite para experimentar o jornal digital mais premiado do Brasil. Conheça nossos planos. Junte-se ao Nexo! A desigualdade de renda aumentou acima do esperado durante a pandemia de covid-19 por causa da perda de rendimentos da classe média. Os dados, levantados pela FGV Social e divulgados nesta segunda-feira (13), mostram que esse grupo teve a maior queda de renda em 2020, primeiro ano da crise sanitária. O levantamento ressalta a importância do Auxílio Emergencial, que manteve praticamente intacto os rendimentos dos 40% mais pobres do país. A pesquisa, que teve como base as declarações de Imposto de Renda de 2020 e pesquisas do IBGE, como a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, ressalta que o distanciamento da desigualdade decorre, principalmente, na diferença entre as quedas de renda da classe média com os 10% mais ricos do país. A faixa mais alta teve seu rendimento reduzido em 1,2%, enquanto a faixa intermediária sofreu queda de 4,2%. Entre os mais pobres, o índice registrou aumento de 0,2% de renda. A análise cruzada entre os dados do Imposto de Renda com a Pnad permitiu notar um aumento no índice de Gini — medida que aponta o nível de desigualdade de um país; vai de 0 a 1, e quanto mais perto do 1, mais desigual. No cálculo da instituição, entre 2019 e 2020, o Brasil foi de 0,7066 para 0,7068. O IBGE normalmente contabiliza o Gini somente pela Pnad Contínua, o que abaixaria o valor do índice: de 0,6117 para 0,6013. Marcelo Neri, diretor da FGV Social, explica na pesquisa que os dados do Imposto de Renda facilitam a captação da renda real do ganho de capital, como lucros no mercado financeiro, o que permite conhecer melhor a situação dos mais ricos. O estudo também trouxe uma análise geográfica da distribuição de renda no país. Entre as unidades federativas, o Distrito Federal lidera o ranking com mais renda de Imposto de Renda por habitante, com R\$ 3.148, seguido por São Paulo (R\$ 2063) e Rio de Janeiro (R\$ 1754). No outro extremo, a unidade da federação com menor renda é o Maranhão, com R\$ 409 por habitante. Apesar de estar entre os mais ricos, tanto a cidade quanto o estado de São Paulo tiveram as maiores quedas de renda no período, se comparado às outras capitais e unidades federativas.

